

PELO MAR ESCURO E ONDEANTE DA DÚVIDA – A QUESTÃO INDÍGENA NO “SERMÃO DE SANTO ANTONIO AOS PEIXES”

*Ettore Finazzi-Agrò**

RESUMO

No célebre sermão dito de “Santo António aos peixes” – pregado no Maranhão a 13 de junho de 1654 – Antonio Vieira *tece* o elogio do silêncio. A mudez é, de fato, o tema dominante de uma fala em que se reafirma o poder enredante do texto-tecido discursivo, da trama lógico-verbal e da substância vocal que atrai e prende os seus leitores/ouvintes: eles são os peixes e o autor (e agente) do discurso é, sem o confessar de modo claro, o pescador, tornando-se logo, evangelicamente, “pescador de homens”. Ele é, finalmente, aquele que confia no poder sedutor não tanto da Voz, quanto sobretudo do Silêncio, entremeado e implícito nela e em que parece ecoar a mudez indígena, tomada como modelo de uma santidade que só na abolição da palavra pode ser virtualmente alcançada.

Pela via pela qual o logos me leva como um sopro, por ali eu devo ir.
Platão, República, II, 349d

A voz do pregador paira no silêncio dos ouvintes, se ergue sobre a mudez da queles que escutam, espantados e perdidos dentro do fascínio de palavras que parecem entrelaçar-se e desenovelar-se sem fim, riscando no ar uma arquitetura complexa e ousada, um labirinto sem saída, centrado apenas na mobilidade incessante da sua natureza discursiva. E é como se a fala repetisse a trama traiçoeira de uma rede; como se o som embalante e volúvel daquela voz fosse um anzol ao qual os que escutam ficam presos sem ter mais vontade de fugir. O sermão enreda, atrai, é “voluptuoso”, no sentido também que ele se dispõe em volta, que ele desenha

* Universidade de Roma “La Sapienza”.

volutas de sentido na imaginação estupefata daqueles que têm a sorte (ou, talvez, o azar) de assistir a esta representação soberba do poder hipnótico da Voz.

Os Antigos já sabiam disso, já conheciam a força maravilhosa e terrível da *phoné*, da voz do orador criando arabescos lógicos, elaborando *logoi* traiçoeiros “como as flores do loto” que apagam a memória – também a memória de si mesmos – daqueles que os tragam. Mas aqui, neste **Sermão de Santo Antonio aos peixes**, damos talvez um passo para a frente: aqui a voz não só fala *no* silêncio dos outros, mas fala *do* próprio silêncio; ou seja, faz o elogio, falando, do silêncio que ela nega no ato de falar, que ela “entretém” ou esconde dentro de si mesma, nos interstícios de um discurso que ela tece e retece sem parar. O silêncio é, enfim, tematizado nesse **Sermão**, assim como é tematizado o poder enredante do texto-tecido discursivo, da trama lógico-verbal e da substância vocal que atrai e prende os seus leitores/ouvintes: eles são peixes e o autor (e agente) do discurso é, sem o confessar de modo claro, o pescador, tornando-se logo, evangelicamente, “pescador de homens”; ele é, finalmente, aquele que confia no poder sedutor não tanto da fala, quanto sobretudo do silêncio, entremeadado e implícito nela.

Na ampla produção do Padre Antonio Vieira, este **Sermão de Santo Antonio** aparece, de fato, como a obra em que está talvez escondido o princípio lógico-filosófico e o fundamento retórico sobre o qual assenta toda a atividade de todo pregador em todos os tempos: ou seja, a capacidade de capturar dentro da voz, dentro das palavras proferidas, o poder do silêncio – um silêncio em que também se reflete, *en abîme*, o silêncio dos destinatários daquela voz. Falar sem falar, afinal, considerando a mudez dos que escutam como origem e fim de um discurso que a eles se dirige mas que eles, por sua vez, não podem repetir, senão assumindo dentro de si mesmos aquela fala silenciosa, senão endossando aquele discurso inefável, senão ecoando (ou redizendo como Eco) *ad infinitum* a Voz anterior a tudo que se materializou para eles e através deles, mas que eles só conseguem representar no mito ou celebrar no rito. Antigo paradoxo, este, ou mistério primordial que o Cristianismo tem recebido da reflexão filosófica anterior a ele e que ele coloca no início do seu percurso-discurso teológico, apresentando-o como fundamento metafórico da sua teogonia e como princípio iniludível da sua visão teofânica: *et Verbum caro factum est*.

Vieira é tão consciente disso ao ponto de começar o seu sermão lembrando o ofício do pregador, isto é, questionando a sua função no ato de a exercer. E faz isso distorcendo de modo curioso a própria palavra de Cristo, dirigida, na verdade, para o conjunto dos seus discípulos – e, sobretudo, para os “pobres” e os “perseguidos” – no famoso “discurso das beatitudes” ou “da montanha”, mas aqui reutilizada apenas como admoestação aos pregadores: “Vós, diz Christo Senhor nosso, fallando com os pregadores, sois o sal da terra” [415]. A citação contém, então, uma pequena mistificação – mas trata-se, porém, de um engano ou de um desvio parcial do sentido das palavras (das palavras, aliás, de um Deus feito Palavra) que se torna fundamental para permitir a quem fala de refletir sobre a própria fala e sobre o destino dela. Uma

reflexão tanto mais útil na medida em que introduz logo, por sinédoque, ao tema do sermão: o sal remete, com efeito, para o mar e o mar para os peixes, que são os destinatários alegóricos e “reais” do sermão.

Uma perspectiva, de resto, que se reporta e nos reporta também a aquela relação entre o falador e o ouvinte que apontei antes: se a palavra, que é sal, se dirige para o mar, é o mar por sua vez, que fornece o sal, que é a palavra. Rodeio do discurso, este, que se torna bem claro na reviravolta das funções entre pregador e peixe declarada dentro do próprio sermão: “Quero acabar este discurso dos louvores e virtudes dos peixes com um [o peixe ‘*quatro-olhos*’], que não sei se foi ouvinte de Santo Antonio e aprendeu d’elle a prègar. A verdade é que me prègou a mim” [425]. Fora da metáfora, isto quer dizer que, se quem prega, prega para os mudos – se esses não-falantes (ou *in-fantes*), enfim, são o objeto para o qual se dirige a pregação, eles são, também ou sobretudo, os sujeitos que, silenciosamente, pregam. É a mudez, nesse sentido, aquilo que constitui o verdadeiro *grain de la voix*; é esse silêncio anterior e final, em outros termos, o segredo visível sobre o qual assenta este discurso, como aliás todo discurso humano, e que o discurso deve, todavia, ignorar ou colocar entre parênteses, ocultar nos interstícios das palavras, esconder no interior da fala, porque exista ainda algo como uma possibilidade de comunicação.

E de resto, o pregador mostra logo anular-se numa mensagem que parece o exceder, que, no fundo, não é dele, visto que ele se apresenta apenas como agente ou ator do discurso: “Os outros Santos Doutores da Igreja, foram sal da terra, Santo Antonio foi sal da terra e do mar. Este é o assumpto que eu tinha para tomar hoje. Mas ha muitos dias que tenho mettido no pensamento, que nas festas dos santos é melhor prègar com elles, que prègar d’elles” [416]. Não, portanto, um discurso *sobre*, mas um falar *com*, um exprimir-se *através*: em cada palavra, nesse sentido, deveria ecoar a palavra do Outro (de Santo Antonio, neste caso), assim como na mudez dos peixes deveria ecoar aquele outro Silêncio, anterior e posterior a tudo, de que vem qualquer possibilidade de falar e para o qual tende toda fala possível – como do mar vem o sal, que ao mar volta, dissolvendo-se nele, num circuito sem fim. Tanto mais que, a certa altura, o santo Antonio pregador em Rimini, pela voz do qual fala o Antonio pregador no Maranhão e por quem este é, por assim dizer, falado, assume ele mesmo o aspecto de peixe: “Certo que se a este peixe [*refere-se ao episódio bíblico de Tobias*] o vestiram de burel e o ataram com uma corda, parecia um retrato marítimo de Santo Antonio” [422]. Para além da semelhança quase grotesca, aquilo que emerge é a identificação – que voltará depois a aparecer ao longo de todo o sermão – entre falador e ouvinte, entre peixe e peixe, mergulhados, os dois, num só vasto, infinito silêncio cheio de palavras.

Esse dobrar-se sobre si mesmo do discurso de Vieira – desde o início, a partir do seu princípio – assim como esse tematizar a involução e a volubilidade, respondem evidentemente à lógica e à estética fundamentais do Barroco. Mas, como acabamos de ver, nessa primeira e essencial dobra do texto fica preso também um

segredo sacramental, que não se resolve todavia em si mesmo, visto que nele ulteriormente se envolve – isto é, se esconde e se declara – uma verdade histórica. O pregador, em suma, refletindo sobre o mistério (mistério da Fé) ocultado no seu ofício – que é o de falar sem falar, ou de falar falando ou ecoando o discurso do Outro –, reflete também sobre a sua função no interior de um contexto social e geográfico marginal. Vieira, de fato, é plenamente consciente que o seu auditório é composto por pessoas que vivem num ambiente colonial e que as suas palavras devem, então, levar em conta essa condição peculiar dos destinatários. Por isso, na exaltação do Silêncio – visto como meio para se aproximar ao mistério sacramental de um Deus que é puro *poder-dizer*, *Logos* absolutamente virtual – se inclui também uma mensagem histórica pontual, que é a de pregar a submissão silenciosa às leis impostas pelo Poder metropolitano. Também a Autoridade estatal, com efeito, como a *Auctoritas* divina, fala com e através da fala de Vieira, e também ela reclama e proclama a mudez dos seus fiéis: peixes que, calando, ou melhor, pelo próprio fato de ficar calados, cumprem o seu dever – desta vez não religioso, mas civil – e, no silêncio, nadam no mistério de uma Potência onipotente e soberana, conformando-se com um imperscrutável *poder-dizer* jurídico e normativo, que é, aliás, o modo mais puro de expressão da Monarquia absolutista.

Não por acaso, os peixes louvados por Vieira na primeira parte do *Sermão* se reconhecem todos na definição de “peixesinhos”: o diminutivo é função da sua humildade e da sua aceitação muda de uma Ordem que é, aliás, desde sempre indiscutível. Esse respeito silencioso de um papel social imposto – apresentado como efeito inelutável de uma hipotética “lei natural”, inscrita na própria origem do Ser; na natureza, justamente, dos homens e das coisas – pede evidentemente um discurso virado para o passado: uma visão arcaica, quase feudal, das relações hierárquicas no interior da sociedade, que o sermão sanciona e que o mergulha numa atmosfera de cunho francamente medieval. O tema e o modo de o tratar remetem, com efeito, para aquelas interpretações alegóricas das propriedades dos animais que na Idade Média iam sob a nome de *bestiários*: espécie de repertórios simbólicos, boiando entre a realidade e a fantasia, em que os vícios supostos e as improváveis virtudes do mundo animal eram lidos numa perspectiva humana (assim como, por sua vez, os vários tipos humanos eram interpretados em função da sua semelhança com as espécies animais).

De fato, também no caso dos peixes citados por Vieira, a interpretação alegórica relega a realidade factual num plano segundo e acessório, visto que o que conta, aquilo que fica no primeiro plano, é, mais uma vez, a lição moral que se pode tirar da “figura”, da imagem fictícia e ambígua que habita entre dois mundos (o humano e o animal, o material e o espiritual, o terrestre e o marinho ...). O peixe, enfim, é simulacro de gente, como a gente é simulacro dos peixes, numa dobra ulterior do discurso em que se esconde o seu sentido ético e ideológico – justificando, aliás, o recurso a um imaginário marítimo que pode ser considerado bastante inusu-

al naquela época. Quero dizer que a função exemplar, tanto em âmbito moral quanto no âmbito histórico, ajuda o autor no elogio global de um elemento como o mar que, ainda no século XVII, era considerado apenas um espaço horrível e medonho. E quando, de fato, os habitantes do oceano emergiam na imaginação e nadavam na escrita dos autores anteriores a Vieira, eles se apresentavam em geral (é o caso, exatamente, dos *bestiários* medievais) na forma monstruosa em que se materializava o terror ao mar e às viagens marítimas, tão típico da cultura até o Renascimento e que continuará circulando em muitas obras do período posterior. É curioso, pelo contrário, constatar como também o famoso episódio bíblico de Jonas seja, no **Sermão de Santo Antonio**, lembrado e interpretado numa óptica de exaltação da baleia – que, com efeito, no texto vieiriano é designada, de modo genérico e muito mais tranqüilizador, como “peixe”; peixe, então, entre os outros peixes ou peixesinhos – contra toda uma tradição que via (e continuará, depois, vendo) no monstro que engole o profeta o emblema mesmo de um oceano disforme e cruel; o símbolo indecifrado daquele abismo marinho que devorava os que se atreviam a desafiá-lo e que tinha, aliás, na imagem do Leviatã, várias vezes evocada na própria Bíblia, a sua representação teratológica mais incisiva e terrível.

Na sua perspectiva providencial, de fato, Vieira supera também a antiga contradição entre a terra e o mar, apaga a antinomia, até então irreduzível, entre a estabilidade e a certeza da primeira e a confusa inconstância do outro, para assimilar os dois elementos numa visão salvífica em que tudo se coloca numa espécie de “limiar”: num espaço, justamente, ambíguo e indefinível que fica entre a veemência das ondas e a costa em que elas batem, entre o *aqui* da igreja de São Luís onde a voz do homem de Deus esbarra na surdez de outros homens e o *ali* desse oceano próximo do Maranhão em que ela é acolhida pela mudez condescendente dos peixes. Uma margem, aliás, dominada pela figura de Santo Antonio que é “sal da terra e do mar”: personagem, de fato, a quem a hagiografia e o imaginário popular têm atribuído desde o início um caráter ubíquo; personagem, então, que no seu habitar dois lugares ao mesmo tempo acaba por conciliar dimensões inconciliáveis, envolvendo-se sempre mais no interior desse discurso enredante, baloiçando entre o silêncio e a palavra, entre o bem e o mal, entre a esfera humana e o universo animal.

Na verdade, o espaço delimitado pela fala de Vieira parece-me ainda mais ambíguo, ainda mais duvidoso dessa borda irregular sobre a qual assenta visivelmente o seu discurso. Acho, com efeito, que não seja forçar demais o sentido do sermão o fato de supor que escolhendo os peixes e a sua mudez como modelo a ser seguido pelos moradores portugueses, o ilustre jesuíta esteja no fundo contrapondo a eles o exemplo dos índios: o pregador, em suma, aponta para o mar, mas o seu olhar está virado para o sertão, para um limiar mais interno ou para uma pregação mais escondida, para uma situação, enfim, ainda mais “marginal” daquela ostentada na superfície do texto. Todos sabem, aliás, que este **Sermão de Santo Antonio** foi pregado a 13 de junho de 1654, três dias antes de Vieira embarcar, às escondidas, rumo a

Lisboa para – como ele escreveu anos depois – “procurar o remédio da salvação dos índios”. Lembro isto só para confirmar que o seu empenho catequético era, certamente, votado à regeneração dos brancos, mas sobretudo, naquele período, ao resgate dos indígenas. E de resto, quando no interior do sermão, censura o fato – por ele definido o “grande escândalo” – dos peixes, como os homens, se comerem entre eles, Vieira se apressa a explicar (quase imitando Montaigne): “Cuidaes que só os tapuyas se comem uns aos outros? Muito maior açougue é o de cá, muito mais se comem os brancos” [427]. O mal habita na cidade, ronda nos meios “civilizados”, de modo mais evidente e catastrófico que nos sertões: numa reviravolta lógica, são os índios-peixes que, olhando para a famélica crueldade dos brancos, devem conseguir evitar esses extremos, salvando-se na sua silenciosa concórdia: “não estaveis vós muito quietos, muito pacíficos e muito amigos, todos, grandes e pequenos, quando vos prègava Santo Antonio? Pois continuae assim e serei felizes” [431].

Assumir a mudez como exemplo de virtude – ao ponto de censurar as tentativas mínimas de expressão; ao ponto de condenar até o som inarticulado emitido pelo peixe “roncador” –, pode ser explicado, nessa perspectiva, com a vontade dissimulada de elogiar aquele outro silêncio em que se encontravam relegados os índios. É o silêncio dos excluídos, então, o verdadeiro objeto do discurso: “vencidos” e, antes disso, *in-fantes* sem capacidade de se exprimir, cuja única possibilidade de se tornar sujeitos de um discurso, era afinal, na opinião de Vieira, a de se conformar com um Poder, com um *Logos* cultural e cultural, com uma Palavra historicizada e civilizada, enfim, que aceitasse carregar em si mesma a condição de mudez que está implícita em toda palavra, que está escondida em cada *logos*. Exprimir-se, para os índios como para os peixes, só podia significar esse ecoar a voz do Outro; esse ficar à escuta do discurso europeu, repetindo-o e confirmando-o no interior de seu discurso sem fala (sem fala *própria*, entendo). Deste modo, só se tornando espelho de um palavra “autorizada”, os autóctones podiam atingir uma santidade da qual, pelo contrário, corriam o risco de ficar excluídos os moradores portugueses, na medida em que eles reivindicavam uma voz própria, em parte alternativa a aquela do Poder régio.

Esta mudez santificada, aliás, se opõe clamorosamente à mudez diabólica do *Demónio mudo*, objeto de outro famoso sermão – pregado no Convento de Odivelas, em 1651 – no qual Vieira tinha associado, com mais clareza, o silêncio ao espelho, mas desta vez para condenar o seu uso enganador: “mudo adula, mudo encaece, mudo attrahe, mudo affeição, mudo enfeitiça, mudo engana, mudo mente e desmente juntamente, negando o que é, e fingindo o que agrada” [306]. Neste caso, porém, ele está se dirigindo a um grupo de freiras e – numa ótica mais uma vez de cunho medieval – não pode senão associar a mulher ao espelho e, através dele, ao diabo, que no espelho e no seu caráter silencioso e traiçoeiro, se esconde. E a mudez do demónio, nesse sentido, iguala-se vertiginosamente ao canto das sereias – ou melhor, ao silêncio dessas criaturas que habitam o limiar entre a terra e o mar; ao “não-canto” e ao “en-canto” desses monstros estupendos que, como Franz Kafka explica-

rá séculos depois, “é uma arma muito mais temível do canto”.

Na ondeante, duvidosa pregação de Vieira – cuja voz fascinante e terrível, moderna e remota, terrosa e salobra ao mesmo tempo, nunca ninguém conseguirá recuperar –, esses dois silêncios (o divino e o diabólico, o dos peixesinhos e o dos vorazes monstros marinhos), essas duas “margens”, enfim, se entrelaçam e se confundem, associando-se numa fala ininterrupta e incansável em que são engastadas imagens inesperadas, figuras engenhosas e projetos utópicos que a história se preocupará de derrubar. A nós, espectadores mudos desse voluptuoso teatro da palavra e do silêncio; a nós, aliás, que (na lúcida e desoladora definição de Heidegger) continuamos falando e morrendo, de acordo com o nosso destino humano, caberá apenas navegar nesse mar perigoso e enredante, deixando-nos atrair tanto pelo som harmônico daquela voz ausente, remetendo para o mistério abismal da sua origem; quanto pela mudez inexplicável que se reafirma, santa ou danada, também nos interstícios da palavra cheia e cantante do pregador.

RÉSUMÉ

Dans le célèbre sermon dit de **Saint Antoine aux poissons** – prêché dans le Maranhão au 13 juin 1654 – Antonio Vieira fait l'éloge du silence. La mutité est, en fait, le thème dominant d'un discours dans lequel on réaffirme le pouvoir “piégeant” du texte-tiçu discursif, de la trame logico-verbale et de la substance vocale qui attire et capture ses lecteurs/auditeurs: ils sont les poissons et l'auteur (et agent) du discours, lui est, sans le dire, le pêcheur qui devient aussitôt un évangélique “pêcheur d'hommes”. Lui est, finalement, celui qui compte sur le pouvoir séducteur non pas tellement de la Voix, comme surtout du Silence, entrelacé et implicite dans la Voix. Un Silence, enfin, dans lequel résonne aussi celui des indigènes, pris comme modèle d'une sainteté que seulement dans l'abolition de la parole on peut virtuellement atteindre.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Il linguaggio e la morte*. Torino: Einaudi, 1982.
- BOLOGNA, Corrado. *Flatus vocis; metafisica e antropologia della voce*. Bologna: Il Mulino, 1992.
- CORBIN, Alain. *Le territoire du vide*. Paris: Aubier, 1988.
- MATTOSO, José. O medo do mar. In: CECCUCCI, Piero (Org.). *Le caravelle portoghesi sulle vie delle Indie*. Roma: Bulzoni, 1993. p. 265-274.
- VIERIA, Pe. Antonio. *Os sermões*. Organizada e prefaciada por Jamil Almansur Hadda. São Paulo: Nacional, 1957.